

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MICHELE SOUZA FRANCO

**AÇÃO DO COOPERATIVISMO DO AGRONEGÓCIO EM RIO VERDE -
GO**

CURITIBA

2017

MICHELE SOUZA FRANCO

AÇÃO DO COOPERATIVISMO DO AGRONEGÓCIO EM RIO VERDE - GO

Trabalho apresentado ao curso de MBA em Gestão do Agronegócio, Departamento Ciências Agrárias, Programa de Educação Continuada em Ciências Agrárias da Universidade Federal do Paraná, como requisito à obtenção do título de Especialista em MBA em Gestão do Agronegócio.

Orientadora: Prof. Ma. Patrícia Aparecida Basniak.

CURITIBA

2017

AGRADECIMENTOS

A minha mãe Eleuza, pelos conselhos, amor e grandeza de espírito ao olhar com tamanha bondade o mundo que lhe cerca. A seu companheiro Eduardo cujas palavras sempre me abraçam ao dizer “Só quero te ver feliz.”

A minha irmã Jaqueline pelo companheirismo e pelas palavras às vezes duras, às vezes dóceis, sempre me instigando a crescer.

Em especial aos meus avós, Onilda, Anna e Ephraim, que se apresentam como fontes inesgotáveis de sabedoria acalmando sempre meu espírito face as dificuldades. Agradeço-lhes pelo amor incondicional e pelos valores ensinados.

Palavras não medem meu amor por vocês.

RESUMO

Com o objetivo de analisar a influência da ação do cooperativismo na economia do município de Rio Verde-GO, realizou-se um estudo bibliográfico. Com o estudo destacou-se inicialmente as questões inerentes ao movimento cooperativista destacando sua base histórica assim como apresentando os aspectos legais a ele inerentes. Após a referida análise, foi abordada como ocorreu a expansão de tal movimento pelo Brasil especificando a influência do cooperativismo associado ao agronegócio no município de Rio Verde-GO, concluindo que tal modelo constitui um dos fatores marcantes quanto a consolidação da economia rio-verdense. Além disso, destaca diversas cooperativas ligadas indiretamente ao agronegócio. O estudo em questão, após verificar entendimentos jurídicos e jurisprudência observou como são aplicadas as normativas referentes ao cooperativismo e os problemas de tal aplicação. Em suma, o que se verificou é a necessidade de um tratamento apropriado e ajustado à dinâmica dos movimentos cooperativistas em função da sua importância. Além disso, questiona-se o modelo de cooperativismo ora imposto na região assim como os efeitos não apenas econômicos deste mas também os de ordem social. Concluiu-se a necessidade de um modelo cooperativista mais orientado socialmente afim de que não haja um aumento significativo da desigualdade social que se observa no município.

Palavras-chave: Cooperativismo. Movimento social. Economia.

ABSTRACT

In order to analyse the act of the rural co-operativism in the economy of Rio Verde – GO, a bibliographic study was carried out. The study highlights initially the inherent issues of co-operativism movement giving emphasizes to the historical aspect as well as presenting the legal aspects of it. After this analysis, the issue involving how this movement took place in Brazil was addressed, stating the influence of the co-operativism in association with the agribusiness theme in the city of Rio Verde-GO, concluding that, this role model is one of the most important aspects of the local economy. Besides, the study emphasizes many types of cooperatives bound indirectly to the agribusiness agenda. The study in question, after verifying legal understandings and jurisprudence, noted how it is applied the specifics laws towards co-operativism and the problems involving this application. In short, what was verified was the need for an appropriate treatment and adjusted to the dynamics of the co-operativism movement due to its significance. Beyond that, it is questioned the structure of the co-operativism applied in the city as well as its effects not only in the economy as also as the social area. In this way, it is verified the need of a co-operativism system towards the social issue so that there isn't an increase of social inequality that it is now observed in the city.

Palavras-chave: Co-operativism. Social movement. Economy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - Sede da Comigo em Rio Verde – Go.	34
FIGURA 2 - Sede Sicredi em Rio Verde – Go.....	36
FIGURA 3 - Participação Sicoob.....	37
FIGURA 4 - Sede Sicoob, Credi-Rural Em Rio Verde – Go.....	37
FIGURA 5 - Entrada Coopen em Rio Verde - Go.....	38
FIGURA 6 - Sede da Proleite no Parque de Exposições de Rio Verde – Go.....	39

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 OBJETIVOS	9
2.1 OBJETIVO GERAL	9
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	9
3 MOVIMENTO COOPERATIVISTA	10
3.1 ORIGEM E EVOLUÇÃO	10
3.2 CONCEITO E CARACTERÍSTICAS	12
3.3 PRINCÍPIOS DO COOPERATIVISMO	12
3.3.1 Adesão Livre e Voluntária	13
3.3.2 Gestão Democrática	14
3.3.3 Participação Econômica dos Membros	14
3.3.4 Autonomia e Independência	15
3.3.5 Educação, Formação e Informação	15
3.3.6 Intercooperação	16
3.3.7 Interesse pela Comunidade	16
3.4 ESTRUTURA DO COOPERATIVISMO	17
3.4.1 Aliança Cooperativa Internacional (ACI)	17
3.4.2 Organização das Cooperativas da América (OCA)	17
3.4.3 Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)	18
3.4.4 Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)	18
3.4.5 Confederação de Cooperativas	18
3.4.6 Federação das Cooperativas	19
3.5 TENDÊNCIAS DO COOPERATIVISMO	19
4 COOPERATIVAS	21
4.1 CONCEITO	21
4.2 DIREITO COOPERATIVO	23
4.2.1 Evolução do sistema legislativo brasileiro	23
4.2.2 Autonomia do Direito Cooperativo	24
4.2.3 Classificação das Cooperativas	25
4.2.4 Constituição das Cooperativas	26
4.2.5 Dissolução e Liquidação das Cooperativas	27
4.2.6 Sociedade Cooperativa X Sociedade Empresária	28

5 MATERIAL E MÉTODOS	30
6 RESULTADOS E DISCUSSÃO	31
6.1 HISTÓRICO DO COOPERATIVISMO NO BRASIL	31
6.2 CENÁRIO ATUAL	32
6.3 COOPERATIVISMO EM RIO VERDE – GOIÁS	33
6.3.1 Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano– COMIGO	33
6.3.2 SICREDI – Cooperativa de Crédito.....	35
6.3.4. SICOOB – Banco Cooperativo do Brasil.....	36
5.3.5 COOPEN – Cooperativa de Ensino de Rio Verde	38
5.3.6 PROLEITE – Cooperativa Mista de Produtores de Leite em Rio Verde e Região	39
7 CONCLUSÃO	40
8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	42

1 INTRODUÇÃO

Vários são os desafios enfrentados pelos produtores rurais, podendo-se destacar a comercialização não apenas de seus produtos como também de insumos essenciais à produção. Nesse sentido, algumas estratégias de gestão se fazem necessárias, como por exemplo, o cooperativismo.

O agronegócio deve ser estudado como um sistema composto por diversas fases bem como gerido por diversos agentes. Tais agentes podem ser não apenas os produtores como também as cooperativas, já que estas são representantes legítimas dos interesses destes.

A análise histórica do movimento cooperativista e os motivos que fundamentaram a sua criação e permanência, histórico e o cenário atual devem ser analisados. Isso porque esse movimento não foi apenas idealizado, ele é adotado na prática ao longo dos anos sendo até mesmo concretizado pela legislação de diversos países, inclusive no Brasil.

O cooperativismo se difundiu pelo Brasil e os benefícios para o produtor quanto a se associar a uma cooperativa, apresentando também as origens dessa prática bem como os alicerces que a fundamentam é o foco deste estudo, com foco nas cooperativas atuantes no município de Rio Verde – Goiás, analisando as principais ali instituídas.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Analisar as cooperativas e o movimento cooperativista do município de Rio Verde – GO.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Descrever um histórico, princípios e estrutura do movimento cooperativista;
- b) Descrever as cooperativas atuantes no município de Rio Verde- GO.

3 MOVIMENTO COOPERATIVISTA

3.1 ORIGEM E EVOLUÇÃO

O início das ideias a favor do cooperativismo surgiram quando da Revolução Industrial que representa a transição da produção artesanal para uma produção pautada em máquinas, em grande escala. Isso fez com que muitos movimentos sociais surgissem, principalmente na Inglaterra, França e Alemanha. Tais movimentos sociais se apoiavam nos ideais de Robert Owen, inglês considerado um dos líderes do “socialismo utópico”, o qual idealizava a indústria gerida pelos próprios trabalhadores sendo que a produção final deveria ser distribuída entre eles.

O ponto de destaque pode ser explicada pela obra “Os 28 tecelões de Rochdale” escrita por G. J. Holyoake. Tal obra aborda a história do probos pioneiros de Rochdale os quais instituíram a primeira perspectiva já registrada de cooperativismo.

Rochdale é uma cidade localizada no condado Grande Manchester, região noroeste da Inglaterra. No ano de 1843, a indústria têxtil produzia a todo o vapor, fator esse que fez com que os tecelões que ali eram empregados almejassem uma maior remuneração do que a recebida. A região era composta por diversas fábricas e, diante do pedido formulado pelos trabalhadores, a resposta era negativa desde de que todos os patrões adotassem o aumento pretendido. Uma grande resistência foi travada pelos fabricantes contrários ao aumento, o que acarretou em uma crise não apenas financeira como também social. Diante desse cenário, os artesãos, que também integravam a militância owenista, após muita análise decidiram começar a produzir através de ajuda mútua, o trecho da obra em questão ilustra o quão difícil foi o começo:

Depois de vinte e duas cobranças nossos prodigiosos acionistas não tinham em caixa dinheiro suficiente para comprar um saco de farinha; os sócios eram tão poucos e reconheciam a necessidade de um período tão longo para realizar seus projetos, que o *comité* promotor começou a experimentar um grande desânimo. Por outro lado, como os recursos, mesmo diminutos, são preciosos para quem nada possuem, alguns sócios propuseram que se devolvesse aos subscritores o pequeno pecúlio reunido. Sob tão tristes auspícios teve início a discussão num meio dia de sábado. Os membros do *comité* expuseram suas dúvidas, seus receios e se propôs formalmente a seguinte questão: “Quais são os meios mais eficazes para melhorar a situação do povo?” Seria demasiado longo o registro da inextricável discussão que houve (HOLYOAKE, 1933, p. 17).

O trecho retro transcrito do livro ilustra como era a real situação dos operários face à negativa dos industriais quanto ao aumento da remuneração. Munidos de pouco dinheiro e em situações precárias, os mesmos pensaram por diversas vezes em desistir. Entretanto, ainda assim, optaram por tomar as rédeas da atividade que tão bem exerciam, faltando-lhes, apenas, os meios necessários à produção. Interessante observar que o questionamento a todo momento surgia em torno de como melhorar a situação do povo, o qual fora tão explorado pelo sistema capitalista imposto.

Após muita discussão e muita análise, foi instituída em 1844 a “Sociedade dos Pioneiros Equitativos de Rochdale” (Rochdale Society of Equitable Pioneers), elaborando o “Almanaque da Sociedade” o qual fora aderido por unanimidade tendo sido a adesão confirmada apenas em 1854. Afirmava o referido Almanaque:

A Sociedade tem por objeto realizar uma utilidade pecuniária e melhorar as condições domésticas e sociais de seus membros, mediante a economia formada por ações de uma libra esterlina, para levar á pratica os seguintes projetos:

Abrir um armazém para a venda de comestíveis, roupa, etc.

Comprar ou construir casas para os membros que desejam ajudar-se mutuamente, com o fim de melhorar o seu próprio estado doméstico e social.

Iniciar a fabricação dois artigos que a sociedade julgar conveniente para proporcionar trabalho aos membros que não tiverem ocupação ou que estiverem sujeitos a continuas reduções nos seus salários.

Adquirir ou arrendar campos para serem cultivados pelos membros desocupados ou por aqueles cujo trabalho não receba a devida remuneração.

Logo que seja possível, a Sociedade procederá organização das forças de produção, da distribuição, da educação e do seu próprio governo; ou, em outros termos, estabelecerá uma colônia indígena na qual os interesses serão unidos e comuns. A Sociedade auxiliará as demais sociedades cooperativas a fundar outras colônias semelhantes (HOLYOAKE, 1933, p. 20/21).

Após a leitura do trecho acima, é possível identificar o quão utópica são as bases da constituição da ideia de cooperativismo. Isso porque muito do que fora proposto pelo Almanaque não fora concretizado por nenhuma cooperativa já criada. Outro aspecto importante é que resta nítida que a força por trás da constituição de um sistema cooperativista muito se relacionava com práticas políticas não sendo apenas de natureza financeira.

A ideia de cooperativismo se propagou e se internacionalizou apenas a partir do ano de 1851, já que ainda era muito desconhecida e só se firmou com o surgimento de cooperativas ao redor do mundo. Isso porque após a reunião de 44

cooperativas na Inglaterra, várias outras foram criadas, o que fez com que a ideia se espalhasse.

3.2 CONCEITO E CARACTERÍSTICAS

Muitos afirmam ser o cooperativismo o modelo mais eficiente para que países em desenvolvimento possam competir com grandes organizações mundiais, afirmando ser esta uma ferramenta estratégica para os países de terceiro mundo. Isso porque a ideia de cooperativismo reúne elementos inerentes a um sistema produtivo com a devida divisão dos resultados, pautados na cooperação e trabalho mútuo.

O ideal traduzido pela ideia não se limita às questões financeiras, expandindo sua atuação para o plano social. Nesse sentido, afirma Charles Gide: “o cooperativismo é a suprema esperança dos que sabem que há uma questão social a resolver e uma revolução a evitar” (GUIDE, 1936). A citação demonstra a importância e o alcance do cooperativismo quanto às questões sociais, já que este se apresenta muitas vezes como a solução para abarcar as desigualdades.

Ainda nesse sentido, afirma Marco Antônio Alves (2002, p. 27/28):

Sob essa ótica, dir-se-ia apenas tratar-se de uma proposta socioeconômica, pacífica e harmoniosa, a ser implantada gradativamente pela difusão de inúmeras Cooperativas, tantas quantas necessárias e possíveis num dado momento e lugar, a fim de atender as necessidades econômicas de seus usuários, que a instituíram por sua própria iniciativa, esforço, capital e risco, substituindo a competição pela cooperação.

Mais uma vez a ideia de cooperação substitui a de competição, marca cativa do sistema de produção capitalista. Nesse sentido também se posiciona Neri Luiz Zeni (2012) ao reforçar que o objetivo maior da cooperativa, ainda que tenha fins econômicos, não é o lucro e sim o bem-estar dos cooperados.

3.3 PRINCÍPIOS DO COOPERATIVISMO

Para que o cooperativismo fosse praticado aderindo a finalidade para a qual fora criado, alguns princípios foram estabelecidos. Eles assim foram idealizados com o intuito de guiar a prática entre os cooperados e a cooperativa, bem como entre os

cooperados entre si. O primeiro aspecto a ser analisado é o de que a cooperativa foi pensada para resolver uma problemática social, se apresentado como uma estratégia para trabalhadores que se encontravam em posição desfavorável face aos empregadores. De acordo com Dieter Benecke (1980, p. 25):

A ideia de incluir organizações de cooperação no processo de desenvolvimento foi considerada até agora apenas de forma teórica. Frequentemente permanece no terreno ideológico. Seus representantes, no entanto, têm grandes possibilidades de mobilizar partidários em torno da ideia cooperativa e de aumentar sua influência política.

Onde é possível observar a preocupação do autor quanto à prática do cooperativismo que até aquele momento só havia sido idealizado. Isso porque a problemática gira quanto a incluir nas organizações responsáveis pela produção ideias relacionadas à cooperação e trabalho mútuo, para tanto surgem os princípios que serão abordados a seguir.

3.3.1 Adesão Livre e Voluntária

Tal princípio está relacionado quanto ao que, no direito, denomina-se autonomia da vontade. Ou seja, trata da liberdade de se associar ou não a alguma causa, contrato ou até mesmo negócio jurídico. Quanto ao cooperativismo, afirma-se que a adesão deve se dar de forma livre e voluntária, representando assim uma declaração de vontade positiva por parte do futuro cooperado. Para Neri Luiz Cenzi (2012, p.59), tal princípio pode ser assim definido: “As cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços e assumir as responsabilidades como membros, sem discriminações de sexo, sociais, raciais, políticas e religiosas”.

Logo, assim como afirma o autor, trata-se de exercício de direito pessoal referente a liberdade. Tal direito é conferido pela Constituição Federal brasileira quando da redação do artigo 5º que afirma os direitos e garantias fundamentais. Trata-se do direito de livre associação,

Acontece que alguns autores concordam com a premissa de que a adesão seja livre, em contrapartida, afirmam estes que o acesso não pode ser livre. Isso porque os mesmos reconhecem às cooperativas o direito de dispor, quando da

elaboração do Estatuto, das regras para o ingresso. Logo, o acesso é livre desde que sejam atendidas as disposições pertinentes exigidas pelo Estatuto.

3.3.2 Gestão Democrática

Afirma-se a gestão democrática como princípio vez que este compõe a essência da doutrina cooperativista, desde as idealizações de Rochdale. Tal princípio é uma reafirmação da situação de igualdade que se encontram os membros, sendo-lhes garantidos os mesmos direitos assim como os deveres. Isso porque trata-se de uma organização na qual o diferencial é o “capital humano” e não o capital financeiro.

Democracia diz respeito à soberania do povo quando do ato de governar, sendo sustentando todo um sistema político a partir disso. Ou seja, o povo elege seus representantes para que estes exerçam, efetivamente, o poder em nome dos interesses da massa. A mesma ideia se aplica às cooperativas, por isso a gestão democrática fora estabelecida como um princípio. A necessidade de trabalho e ajuda mútua surgiu justamente para que os interesses da maioria fossem atendidos, não sendo apenas os industriais os favorecidos. Logo, a gestão democrática afirma a primazia do interesse dos cooperados, não centralizando os benefícios a apenas parte dos membros.

3.3.3 Participação Econômica dos Membros

Quanto à participação econômica dos membros, este é previamente definido pelo Estatuto para que não haja tratamento diferenciado de cooperado a cooperado em razão da capacidade financeira de cada qual. Nesse sentido afirma Neri Luiz Zeni (2012, p. 61):

Na cooperativa, a pessoa vale pelo seu comportamento e atitudes. O seu capital é previamente definido em estatuto e remunerado conforme este disciplinar ou conforme decisão da assembleia, inexistindo qualquer vantagem ou regalia com base no capital. A valorização é dada ao trabalho que o associado presta através da cooperativa e o seu retorno financeiro está na proporção dessa produção.

Como bem observa Genzi (2012), na cooperativa não há distribuição de poder, isso porque todo membro tem o mesmo poder de decisão independentemente da quantidade de capital de que disponha. Isso faz com que não haja competição entre cooperados reforçando a unicidade e, fazendo com que a distribuição de lucros aconteça em razão dos esforços empregados por cada membro.

3.3.4 Autonomia e Independência

A autonomia e independência são de extrema relevância quando para garantir a serenidade e clareza quando da tomada de decisões da gerência da cooperativa. As cooperativas são controladas por seus membros quando na administração de seus interesses. Logo, a simples menção de interferência política pode desviar a finalidade para a qual ela fora criada. Isso quer dizer que não há aqui possibilidade de delegar sua administração a qualquer instituição pública ou até mesmo entes terceirizados, devendo ser exercida diretamente por seus membros na figura de seus representantes.

Tal atitude, ainda que extrema, assegura a integralidade dos preceitos para os quais foi instituída a cooperativa. Deste modo, ao negar qualquer tipo de vínculo econômico ou político, a cooperativa preserva seus interesses não ficando refém de quaisquer tipos de interferências externas, devendo responder apenas perante a seus membros.

3.3.5 Educação, Formação e Informação

O princípio em questão foi estabelecido com o intuito de preservar o futuro da cooperativa. Foi idealizado ainda pelos pioneiros de Rochdale os quais consideravam de extrema importância educação, formação e informação contínuos com a finalidade de superar os obstáculos que viriam a seguir quando da administração da cooperativa. A questão educacional foi apresentada como um meio de superar os obstáculos prezando sempre por uma forma de melhorar a condição dos cooperados, não apenas social como também financeiramente.

De acordo com o artigo 28 da Lei n. 5.764/71, que trata da Política Nacional de Cooperativismo instituindo o regime jurídico destinado às cooperativas assim

como as demais providências, é obrigatória a instituição de Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social. O referido fundo deve ser criado para que seja prestada assistência não apenas a seus cooperados como também a seus familiares. Além disso, o mesmo deve ser instituído, quando o estatuto for omissivo, no montante de 5% do lucro líquido do exercício de análise.

3.3.6 Intercooperação

A intercooperação diz respeito ao auxílio mútuo entre as diversas sociedades cooperativas, tenham elas objetivos semelhantes ou não. O princípio sob análise revela a intenção de se propagar os ideais cooperativistas por todo o mundo, independente do ramo de atividade em que se encontra inserida. Um exemplo dessa intercooperação é a forma como assumiu a estrutura do cooperativismo atualmente, sendo dividida em confederações, federações e entidades afins de representação do cooperativismo.

3.3.7 Interesse pela Comunidade

Além dos princípios já abordados, afirma-se este como um dos mais importantes. Isso porque um dos fatores que incitaram o pensamento cooperativista foi o bem-estar social não apenas dos trabalhadores como também da comunidade da qual eles faziam parte. O ideal se sustentava no fato de que mudanças positivas quanto ao trabalho acarretariam em mudanças em todos os aspectos da comunidade. O que é possível observar pelo seguinte trecho:

Pois bem: nossos Pioneiros são animados por este pensamento, sem ser por isso sonhadores ou idealistas. Assim se exprime um dos chefes do movimento cooperativista, o sr. Smithies:

‘A melhora das condições dos nossos socios se revela em sua roupa, em seu comportamento, na sua maneira franca de falar. Difficilmente se pode imaginar como os transforma a sua adesão á cooperativa’ (HOLYOAKE, 1933, p. 69).

Ao citar “pensamento”, o autor faz menção aos ideais de justiça sendo negado o egoísmo quando das relações industriais, pensamento tão valorizado à época.

3.4 ESTRUTURA DO COOPERATIVISMO

3.4.1 Aliança Cooperativa Internacional (ACI)

O aumento do número de cooperativas fez com que se tornasse necessária uma entidade internacional que reunisse todos os interesses das diversas cooperativas que até então vinham sendo criadas. Para tanto, em 1895 foi instituída a Aliança Cooperativa Internacional (ACI), que se apresenta como o órgão máximo do movimento cooperativista, atualmente encontra-se sediada em Genebra na Suíça. De acordo com o site oficial, a ACI representa 292 organizações-membro, atuando em 8 setores diferentes da economia em mais de 95 países. Além disso, a aliança é ativa quanto aos debates que envolvem o cooperativismo, difundindo seus ideais e benefícios.

Além da sede, a ACI conta também com escritórios regionais espalhados pelos países membros. Isso porque não se trata apenas de um órgão representativo já que auxilia também prestando assistência às organizações cooperativistas de modo em geral. A ACI, diante de sua comprovada importância, adquiriu status de organização não governamental.

De acordo com o site oficial da ACI, esta pode ser definida como uma associação autônoma de pessoas unidas voluntariamente com o intuito de atender suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais através de um empreendimento cuja propriedade é compartilhada sendo controlado democraticamente. Quanto aos valores, são listados os seguintes: ajuda mútua, responsabilidade em comum, democracia, igualdade, equidade e solidariedade.

Além disso, alguns princípios são destacados como orientadores para que os cooperados os coloquem em prática. Tais princípios são: adesão voluntária e livre; gestão democrática pelos membros; participação econômica dos membros; autonomia e independência; educação, formação e informação; intercooperação; e, interesse pela comunidade.

3.4.2 Organização das Cooperativas da América (OCA)

A Organização das Cooperativas da América (OCA) foi fundada em Montevideu, Uruguai, no ano de 1963, sendo que sua sede atual se encontra na

cidade de Bogotá, Colômbia. Diferentemente da ACI, esta organização representa os interesses do cooperativismo latino-americano. Atualmente integram essa organização cerca de 20 países, dentre eles, o Brasil.

3.4.3 Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)

Quanto ao nível de representação nacional, tal encargo fica por conta da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), a qual fora constituída em 2 de dezembro de 1969 quando da realização do IV Congresso Brasileiro de Cooperativismo. Trata-se de uma entidade privada que fora criada com o intuito de representar formalmente o sistema cooperativo nacional, qualquer seja o ramo de atividade. Além de fixar as diretrizes políticas do Sistema Cooperativo, fica a encargo da OCB levantar os dados quanto às sociedades cooperativas, além de acompanhar a gestão das cooperativas, incentivando a produção de conhecimento e, promovendo a divulgação dos ideais abarcados pelo Sistema Cooperativo.

3.4.4 Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)

Quanto às atribuições das Organizações das Cooperativas do Estado (OCE), são as mesmas destinadas à OCB, só que aplicada aos Estados assim como ao Distrito Federal.

3.4.5 Confederação de Cooperativas

A Confederação das Cooperativas representa a vinculação de três ou mais confederações com o intuito de coordenar as atividades idealizadas representando tais ideais perante o poder público e outras entidades. Como por exemplo a Confederação Cresol, que representa cooperativas relacionadas à agricultura familiar e economia com interação solidária. Tal confederação tem como filiadas as seguintes centrais e cooperativas: Cresol Baser, no Paraná; Cresol Central, em Santa Catarina; Cresol Central Sicoper; Crehnor, no Rio Grande do Sul; e, Ascoob, na Bahia.

3.4.6 Federação das Cooperativas

Também conhecida como Central de Cooperativas, representa a vinculação de três ou mais cooperativas. Isso faz com que seus ideais se fortaleçam, conferindo maior unicidade e coesão ao sistema por elas proposto.

3.5 TENDÊNCIAS DO COOPERATIVISMO

Até o momento fora destacado o histórico do movimento cooperativista. Entretanto, necessário se faz uma observação quanto às formas futuras deste movimento. O primeiro aspecto a ser considerado é o de que, tendo em vista a grande difusão dos ideais cooperativistas, a unificação dos ideais modernos torna-se difícil. Por isso, existem as entidades tratadas anteriormente, já que são as responsáveis por assegurar a integridade das premissas básicas do movimento.

Para Djalma de Pinho Rebouças de Oliveira, algumas tendências irão se fortalecer ao longo dos anos a partir da atuação das cooperativas, analisando-se os aspectos estratégicos, organizacionais, diretivos e de avaliação. São elas:

- a) Incremento do nível de cooperação entre pessoas, grupos, atividades, regiões; b) Ampliação e fortalecimento do nível de concorrência entre e intra as empresas e as cooperativas, enfatizados pela criação de vantagens competitivas reais, sustentadas e duradouras; c) Estruturas organizacionais cada vez mais enxutas; d) Evidência no princípio de que *ser o maior não é ser o melhor*; e) Aumento de fusão entre cooperativas; f) Redirecionamento da estrutura de poder; g) Qualidade total como premissa e não como objetivo a ser alcançado; h) Aceleração da evolução tecnológica; i) Redução do ciclo de vida dos produtos, serviços e negócios; j) Redução do nível de desperdício das cooperativas; k) Globalização das atividades das cooperativas; l) Atuação no novo contexto tecnológico; m) Profissionalização dos cooperados e das cooperativas (OLIVEIRA, 2012, p. 8-15)

As tendências apontadas pelo autor apontam por um ambiente em que haverá maior cooperação e eficiência. Isso porque, face à dificuldade inerente à competição entre empresas, a necessidade das pessoas em se agrupar será ainda maior, prezando pela busca dos resultados compartilhados. Assim como uma gerência mais eficiente e eficaz, que prioriza a redução dos gastos e benefícios infundados.

Além disso, outro ponto importante destacado pelo trecho da obra “Manual de Gestão das Cooperativas” é a tendência a uma evolução tecnológica, ecológica bem como capacitar cooperados e cooperativas. Isso traduz um dos ideais mais importantes do movimento cooperativista, o qual, o de atender as necessidades dos cooperados o que faz com que as cooperativas assumam um papel mais atuante quanto à responsabilidade empresarial face ao meio ambiente, face às novas tecnologias e, principalmente, face ao bem-estar social.

4 COOPERATIVAS

4.1 CONCEITO

No capítulo anterior foi abordada a construção dos ideais que deram origem às cooperativas. Entretanto, para melhor compreendê-las se faz necessária uma abordagem mais objetiva sobre o assunto.

O conceito dado por Cláudio Armando Couce de Menezes, é o seguinte: “a cooperativa é a união, sem objetivo do lucro, de esforços coordenados destinados a um fim econômico em benefício de seus integrantes” (MENEZES, 2011, p. 31).

Para Sigismundo Bialoskorski Neto (2014, p. 711): “Portanto, as cooperativas são organizações entre as economias particulares dos cooperados, de um lado, e o mercado, de outro, aparecendo como estruturas intermediárias, formadas em comum”.

O artigo 3º da Lei nº 5.764/71 afirma o seguinte conceito, ao tratar das sociedades cooperativas: “Celebram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro”. Além disso, é o teor do artigo 4º da mesma lei:

- I - adesão voluntária, com número ilimitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços;
- II - variabilidade do capital social representado por quotas-partes;
- III - limitação do número de quotas-partes do capital para cada associado, facultado, porém, o estabelecimento de critérios de proporcionalidade, se assim for mais adequado para o cumprimento dos objetivos sociais;
- IV - inaccessibilidade das quotas-partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade;
- V - singularidade de voto, podendo as cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, com exceção das que exerçam atividade de crédito, optar pelo critério da proporcionalidade;
- VI - quorum para o funcionamento e deliberação da Assembléia Geral baseado no número de associados e não no capital;
- VII - retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral;
- VIII - indivisibilidade dos fundos de Reserva e de Assistência Técnica Educacional e Social;
- IX - neutralidade política e indiscriminação religiosa, racial e social;
- X - prestação de assistência aos associados, e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa;
- XI - área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços (BRASIL, 1971).

Os conceitos retro transcritos possibilitam uma análise dos pontos que caracterizam as cooperativas, as quais transpõem para o meio físico os conceitos idealizados pelo movimento cooperativista. O qual preza pela substituição a competição pela cooperação, produzindo resultados a serem compartilhados atendendo não apenas uma finalidade econômica como também social.

Alguns autores afirmam a dualidade inerente às cooperativas, as quais devem ser consideradas tanto sob a ótica econômica quanto sob ótica sócio-política e ideológica. Ou seja, ao interpretar o papel das cooperativas deve-se analisar se elas atendem não apenas aos requisitos comerciais que lhe instigaram a criação, como também se ela cumpre ou não sua função social. Tal é a dupla natureza das cooperativas.

Logo, afirma Dieter W. Benecke (1980, p. 82):

Nesse sentido, poder-se-ia conceber a cooperativa como um “instrumento econômico com consequências sociais” por um lado e, por outro, como “instrumento social com consequências econômicas”. Considerando-se válida esta dupla natureza, ter-se-ia que atribuir à cooperativa funções econômicas e também sócio-políticas. No entanto, a experiência demonstra que as cooperativas cumprem sua possível função social somente depois de haverem obtido êxito em sua atividade econômica.

A observação feita pelo autor ao final do trecho retro transcrito dita o tom de suas futuras observações no livro “Cooperação e Desenvolvimento: O papel das cooperativas no processo de desenvolvimento econômico nos países de Terceiro Mundo”. Para ele, a natureza social das cooperativas é secundária, isso porque enquanto esta não cumprir seu papel econômico não atende as necessidades sociais dos cooperados.

Para comprovar essa tese por ele formulada, afirma ainda algumas características da cooperação cooperativa. A principal delas é a identidade, os cooperados devem se reconhecer na cooperativa, tendo interesses em comum e vontade para participar ativamente os interesses desta. Além disso, para que haja cooperação efetiva, estes devem ter espaço para atuar, sendo-lhes possível impor seus interesses e preocupações.

4.2 DIREITO COOPERATIVO

4.2.1 Evolução do sistema legislativo brasileiro

No Brasil, há registro quanto às atividades cooperativas com data no ano de 1872, por meio do Decreto 5.084. Entretanto, como é possível observar através do livro de Neri Luiz Cenzi (2012), pode-se afirmar que a atividade passou a ser regulada apenas após o Decreto 979 de 1903. Isso porque, ainda que o referido Decreto não fosse claro quanto às definições idealizadas a Inglaterra, concedeu aos profissionais rurais a possibilidade de instituir meio de crédito agrícola e de cooperativa de produção e consumo, pautados na produção através do esforço mútuo.

Apenas com o Decreto 1.637/07 é que foi apresentada uma definição de cooperativa. Algumas das disposições estabelecidas faziam referência aos princípios do cooperativismo, assim como o número de cooperados, modo de participação destes, divisão de lucros, forma de gerência e outros pontos referentes à administração da cooperativa em si. Importante se faz observar que desde o princípio da atenção do legislador quanto às cooperativas, o foco sempre fora direcionado à área rural, em função do crédito agrícola. Tal fator possibilita afirmar uma tendência da política adotada pelo Estado brasileiro, que se utiliza das cooperativas como ferramenta de desenvolvimento econômico para o meio rural.

Acontece que aos poucos, o cooperativismo começou a se infiltrar pelos municípios brasileiros ganhando mais adeptos. Surgindo, portanto, a necessidade de uma legislação que atendesse às novas demandas. Para tanto, foi instituída a Lei n. 5.764 de 16 de dezembro de 1971, que define a Política Nacional de Cooperativismo além de instituir o regime jurídico destinado às cooperativas.

Além da lei retro analisada, há que se destacar o reconhecimento do movimento cooperativista quando da Constituição Federal de 1988. Isso porque, no artigo 5º que trata dos direitos e garantias fundamentais, afirma o inciso XVIII: “A criação de associações e, na forma da Lei, a de cooperativas, independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento” (BRASIL, 1988).

O que se pode observar com a redação do inciso XVIII do artigo 5º da CF é que, primeiro, a criação de cooperativas deve se sujeitar às normas impostas na Lei.

Segundo, a vedação da interferência estatal quando do funcionamento das cooperativas. Esse preceito último é o mais importante, já que confere às cooperativas a autonomia necessária para que sejam capazes de alcançar os objetivos que lhe fundamentarem a criação. Nesse sentido, o fato de não estarem vinculadas às necessidades do poder público faz com que sua atuação seja muito mais eficiente.

Importante se faz observar que, o fato desta prerrogativa ter sido transcrita no artigo que trata das garantias e direitos fundamentais ilustra o quão importante é a ideia traduzida pelo movimento cooperativista. Já que confere liberdade aos indivíduos suficiente para se reunirem, garantindo assim a criação de uma sociedade livre, uma das principais idealizações da Carta Magna.

Ainda sobre essa liberalidade para associar, há diversos outros incisos do mesmo artigo que asseguram esses direitos. Por exemplo, o inciso XVII que afirma a liberdade de associação para fins lícitos, ou seja, para fins que não estejam proibidos em lei, como é o caso das cooperativas de crédito. Ou também, o inciso XX do mesmo artigo, o qual afirma que a associação deve ocorrer de forma voluntária, não sendo possível obrigar alguém a assim proceder ou permanecer associado.

A Constituição Federal garantiu em sua redação o direito de associação. Entretanto, as especificidades quanto a forma de se associar, a criação de uma cooperativa e outras disposições ficaram a cargo de leis específicas. A garantia proposta pela Lei Maior representa a idealização de um Estado de direito que se fundamenta na afirmação do indivíduo como ator da democracia.

4.2.2 Autonomia do Direito Cooperativo

A partir do momento que as propostas do movimento cooperativista se difundiram, ele passou a ser estudado com mais cautela. Sendo necessário, portanto, o desenvolvimento de um ramo específico na área do direito. Para tanto, Renato Lopes Becho (2002, p. 21) define:

O Direito Cooperativo é o ramo didaticamente autônomo que tem por objeto o estudo jurídico sobre a cooperativa. Ele trata de seu objeto desde a definição jurídica, passando por suas normas regedoras, direitos e deveres de seus membros, seus órgãos, suas atividades e até sua extinção.

A citação destaca a autonomia do Direito Cooperativo, isso porque seu objeto de estudo poderia ser tratado desde o Direito Civil ao Direito Comercial. Entretanto, face à sua complexidade, já que possui princípios próprios, objeto próprio assim como diversos institutos, foi declarado como ramo autônomo.

4.2.3 Classificação das Cooperativas

As cooperativas podem ser constituídas para diversos fins, desde que atendam as especificidades propostas pela letra da lei. Nesse sentido, é o teor do “*caput*” artigo 5º da lei nº 5.764/71: “As sociedades cooperativas poderão adotar por objeto qualquer gênero de serviço, operação ou atividade, assegurando-se-lhes o direito exclusivo e exigindo-se-lhes a obrigação do uso da expressão ‘cooperativa’ em sua denominação” (BRASIL, 1971)

O parágrafo único do artigo retro citado dita ainda que às cooperativas é vedado o uso da denominação “Banco”. Isso porque, ao adotar tal denominação, haveria confusão quanto a sua constituição pois assumiria o papel de uma empresa que tem por finalidade, o lucro.

Quanto ao regime jurídico que lhes é destinado, a cooperativa é pessoa jurídica sendo-lhe permitido adotar natureza civil ou comercial, desde que classificada como sociedade de pessoas. Podem se classificar como: cooperativas de consumo; cooperativas de produção; e, cooperativas de crédito.

A cooperativa de consumo diz respeito à compra de produtos com o intuito de repassá-los aos cooperados em situação mais benéfica do que este adquiriria no comércio de modo geral. A cooperativa de produção pode ser agrícola ou industrial dependendo da área de atuação e tem por finalidade promover a cooperação dos produtores e empresários quando da produção de bens e serviços. Já a cooperativa de crédito é aquela pautada em um fundo composto pelo capital dos cooperados afim de realizar empréstimos aos associados ou até mesmo a outras cooperativas.

Acontece que, difundidos os ideais cooperativistas, novas formas de cooperativas foram surgindo. Um exemplo é a cooperativa de trabalho, definida por Sueli Maria Cordeiro como: “Assim, as cooperativas de trabalho, como as demais cooperativas, são sociedade de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados” (CORDEIRO, 2001, s./p.) Importante se faz observar a conceituação

generalizada proposta pela autora, isso porque o que classifica propriamente uma cooperativa é seu objeto.

4.2.4 Constituição das Cooperativas

Para que uma cooperativa seja constituída, deve ser elaborado ato constitutivo conforme os ditames do artigo 15 da Lei nº 5.764/71. Para tanto, se faz necessário algumas especificações, tais como: onde funcionará a sede, através de uma denominação assim com o objeto a ser explorado; a qualificação dos associados que a fundaram com o valor correspondente a sua quota-parte; que o estatuto esteja aprovado; e, qualificação dos associados indicados aos cargos de administração, fiscalização e outros.

Para que exerça suas atividades, há necessidade de submeter alguns documentos ao Poder Público para que este autorize seu funcionamento. Tais documentos dizem respeito ao ato constitutivo, estatuto e lista nominativa. Além disso, após essa etapa o documento específico, devidamente autenticado, deverá ser submetido à apreciação da Junta Comercial do Estado em que será a sede da cooperativa.

A lei ainda especifica os prazos que terão cada órgão público para deferir ou indeferir a constituição da cooperativa. Especifica também como deverá ser a elaboração do estatuto social da cooperativa. Para tanto, observa o “*caput*” do artigo 21 da Lei nº 5.764/71 que, além de observar o que dispõe o artigo 4º da mesma lei, o estatuto deverá atender às exigências dos seguintes incisos:

- I - a denominação, sede, prazo de duração, área de ação, objeto da sociedade, fixação do exercício social e da data do levantamento do balanço geral;
- II - os direitos e deveres dos associados, natureza de suas responsabilidades e as condições de admissão, demissão, eliminação e exclusão e as normas para sua representação nas assembleias gerais;
- III - o capital mínimo, o valor da quota-parte, o mínimo de quotas-partes a ser subscrito pelo associado, o modo de integralização das quotas-partes, bem como as condições de sua retirada nos casos de demissão, eliminação ou de exclusão do associado;
- IV - a forma de devolução das sobras registradas aos associados, ou do rateio das perdas apuradas por insuficiência de contribuição para cobertura das despesas da sociedade;
- V - o modo de administração e fiscalização, estabelecendo os respectivos órgãos, com definição de suas atribuições, poderes e funcionamento, a representação ativa e passiva da sociedade em juízo ou fora dele, o prazo do mandato, bem como o processo de substituição dos administradores e conselheiros fiscais;

- VI - as formalidades de convocação das assembléias gerais e a maioria requerida para a sua instalação e validade de suas deliberações, vedado o direito de voto aos que nelas tiverem interesse particular sem privá-los da participação nos debates;
- VII - os casos de dissolução voluntária da sociedade;
- VIII - o modo e o processo de alienação ou oneração de bens imóveis da sociedade;
- IX - o modo de reformar o estatuto;
- X - o número mínimo de associados (BRASIL, 1971).

Um ponto importante, também traduzido na lei é o de que, as cooperativas, assim como as empresas devem manter os livros. No caso das cooperativas, conforme o artigo 22 da Lei nº 5.764/71: os de matrícula; as atas das Assembleias Gerais; as atas de Órgãos de Administração; as atas de Conselho Fiscal; a lista de presença dos associados quando das Assembleias Gerais; além dos livros tidos como obrigatórios que dispõem de conteúdo fiscal ou contábil.

Quanto ao capital social, este divide-se em cota-parte a qual será tomada por cada associado, desde que a referida não seja além do maior salário mínimo vigente no país, como dispõe o artigo 24 da Lei das Cooperativas. Outra observação quanto à constituição das cooperativas é a de que a adesão às cooperativas se dá de forma livre, isso representa um dos princípios do movimento cooperativista, o qual, adesão livre e voluntária. Nesse sentido, a letra da lei respeitou o referido princípio não permitindo que alguém seja obrigado a se associar ou até mesmo permanecer nessa condição. Há que fazer uma ressalva, tendo em vista que as cooperativas possuem um objeto específico, para que uma pessoa seja associada necessário se faz preencher as condições sociais requeridas.

4.2.5 Dissolução e Liquidação das Cooperativas

Diferentemente do que ocorre com as empresas, as cooperativas não sofrem processo de falência. Para que uma cooperativa seja dissolvida, deve-se observar os incisos do artigo 63 da Lei nº 5.764/71, tal é o teor:

- I - quando assim deliberar a Assembléia Geral, desde que os associados, totalizando o número mínimo exigido por esta Lei, não se disponham a assegurar a sua continuidade;
- II - pelo decurso do prazo de duração;
- III - pela consecução dos objetivos predeterminados;
- IV - devido à alteração de sua forma jurídica;

V - pela redução do número mínimo de associados ou do capital social mínimo se, até a Assembléia Geral subsequente, realizada em prazo não inferior a 6 (seis) meses, eles não forem restabelecidos;
 VI - pelo cancelamento da autorização para funcionar;
 VII - pela paralisação de suas atividades por mais de 120 (cento e vinte) dias (BRASIL, 1971).

O fato de não sofrerem falência diz respeito ao fato de não objetivarem o lucro. Portanto, para que haja a dissolução, como é possível observar pela leitura dos incisos retro, haverá consenso dos sócios quanto ao término das atividades, algum fator que cancele sua autorização para funcionar, fim do prazo de duração e outros fatores listados. Acontece que a dissolução ocorrerá quando a atuação da cooperativa não apresentar mais benefícios para seus associados, não cumprindo, portanto, a sua função social.

Além dos pontos assinalados pela lei, alguns fatores devem ser analisados para se concentrar no porquê de uma sociedade cooperativista se dissolver. Muitos autores apontam a má gestão assim como a falta de participação dos associados.

Como bem observa Claudemir da Silva (2001, p. 23):

A importância da participação do associado nos processos de decisão, com certeza, reflete no encaminhamento do empreendimento cooperativo. O modelo econômico das cooperativas exige que, inclusive por princípio, a decisão esteja sempre centrada na vontade da maioria. Não só da maioria que comparece às assembleias, mas sim na maioria de todo o universo de cooperados.

Portanto, a participação do cooperado é essencial para que a cooperativa seja bem-sucedida para que se consolide no mercado. Sendo-lhe possível cumprir não apenas a sua função econômica como também a social. Um quadro de associados participativo, por exemplo, pode evitar que haja má gerência exigindo uma prestação de contas por parte dos administradores, fiscalizando a atuação destes.

4.2.6 Sociedade Cooperativa X Sociedade Empresária

Além do fato de não sofrer processo de falência, como anteriormente ressaltado, o que ocorre no caso das sociedades empresárias, existem outras diferenças entre elas. A primeira é que na sociedade empresária o objetivo é o

capital, ou seja, o lucro enquanto na sociedade cooperativa são as pessoas que juntam seus esforços para um resultado a ser compartilhado.

Outro ponto que merece destaque é o modo como se dá a tomada de decisões. Nas cooperativas, o controle é democrático já que um cooperado tem direito a um voto. Em contrapartida, nas sociedades empresárias o voto também fica subordinado ao capital, já que uma ação representa um voto.

Na sociedade mercantil há um número limitado de acionistas enquanto nas cooperativas há um número ilimitado de associados. Quanto ao *quórum* das assembleias, na primeira, este é estabelecido de acordo com o capital representado sendo que nas cooperativas este é estabelecido em função do número de cooperados.

Além disso, não há a possibilidade de um cooperado transferir sua quota-parte à terceiro estanho à cooperativa, tal é a natureza personalíssima de sua participação, diferentemente do que ocorre nas empresárias, sendo possível a transferência de ações.

E, por último, nas sociedades empresárias, os dividendos são proporcionais ao valor das ações enquanto nas cooperativas há um retorno proporcional ao valor das operações.

5 MATERIAL E MÉTODOS

Com o estudo procurou-se analisar os benefícios para o produtor quanto a se associar a uma cooperativa, apresentando também as origens dessa prática bem como os alicerces que a fundamentam. Para tanto, foi realizada uma análise bibliográfica, que se utilizou da literatura disponível em livros, artigos, dissertações para discutir o tema, além de se analisar os benefícios oferecidos pelas cooperativas em questão, com enfoque nas cooperativas do município de Rio Verde – GO.

A cidade de Rio Verde fica localizada no sudoeste do Estado de Goiás, sendo a quarta cidade mais populosa do estado. Conhecida como a “Capital do Agronegócio”, sua economia fundamenta-se na pecuária, agricultura e agroindústria. Importantes empresas atuam no município, tais como Cargil, Grupo Cereal, Brejeiro, Kowalski, Louis-Dreyfus, Cereal Ouro, Nideira e outras ligadas ao agronegócio. Além disso, conta com uma exploração ativa quanto a bovinocultura, não apenas de corte como também de leite, contando com um Sindicato Rural influente e dois leilões, o Tatersal e o Clube do Laço. Outro aspecto importante da economia rio-verdense é o processamento industrial de carnes de aves e suínos através da BRF, que é uma de suas duas maiores unidades industriais.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

6.1 HISTÓRICO DO COOPERATIVISMO NO BRASIL

No Brasil, pode-se observar os ideais do cooperativismo propagados na cultura indígena já que combinavam seus esforços quando da busca pelo alimento através da caça, pesca, plantio e colheita. Quando da colonização portuguesa, intensificou-se a cooperação direcionada à produção, tendo por base um núcleo familiar rural. Nesse sentido observa Gilberto Freyre:

A família, não o indivíduo nem tampouco o Estado nem nenhuma companhia de comércio, é desde o século XVI o grande fator colonizador no Brasil, a unidade produtiva, o capital que desbrava o solo, instala fazendas, compra escravos, bois, ferramentas, a força social que se desdobra em política, constituindo-se na aristocracia colonial mais poderosa da América. (FREYRE, 2006, p. 81)

No cooperativismo não foi diferente, tal estrutura familiar aliada aos ideais de cooperação fizeram com que o cooperativismo ganhasse cada vez mais adeptos. De acordo com o site oficial da OCB/GO, foi apenas em 1841 que se iniciou o cooperativismo no Brasil através da fundação de uma colônia de produção e consumo. Além disso, observa o site que em 1847, Jean Maurice Faivre fundou a colônia Tereza Cristina no Paraná, a qual tinha sua base fundada nos ideais cooperativistas.

O site destaca também algumas datas importantes para o movimento cooperativista brasileiro. São elas: 1891, que marca a fundação da Associação Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica de Limeira – SP; 1895, Cooperativa de Consumo de Camaragibe, no Pernambuco; 1902, fundada a primeira cooperativa de crédito rural no Rio Grande do Sul; 1908, fundação da Cooperativa Agrícola de Rio Maior – Cooperprima em Santa Catarina. Observa ainda que o cooperativismo se expandiu nas décadas de 50 e 60, principalmente no agronegócio.

Quanto a história do cooperativismo no Brasil, a cooperativa mais antiga que continua ativa é a Sociedade Cooperativa Caixa de Economia e Empréstimo de Nova Petrópolis, no Rio Grande do Sul, a qual já fora citada no parágrafo anterior.

Tal cooperativa atua hoje com a denominação Sicredi Pioneira vez que integra o Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi).

Para tanto, destaca-se o trecho da obra *Evolução do Cooperativismo no Brasil: DENACCOOP em ação*, desenvolvida pelo Ministério da Agricultura e Abastecimento:

Portanto, foi no início dos anos 1900 que o cooperativismo começou a se delinear no Brasil, influenciado pela religiosidade e pelo pensamento político dos imigrantes. O movimento seguiu principalmente o chamado “modelo alemão”, que defendia a educação cooperativista para estimular a solidariedade entre as pessoas, a união de todo o sistema na defesa dos interesses comuns e a distinção entre o cooperativismo e a economia de mercado, sendo o primeiro marcado pelo comprometimento com a justiça social (BRASIL, 2006, p. 16).

De fato, o cooperativismo se expandiu através da difusão dos ideais de justiça social e bem-estar comum. Não há que se negar o modelo de cooperação típico do comportamento brasileiro datado da colonização portuguesa. Importante ressaltar que antes, à época da colonização, a cooperação se impunha mais por necessidade do que por idealismo. A ideia de cooperativismo como uma ferramenta para se alcançar a justiça social se consolidou com a chegada dos imigrantes, os quais reproduziam as práticas já comuns em seus países.

6.2 CENÁRIO ATUAL

De acordo com o Relatório da Gerência de Monitoramento em que apresentou o “Panorama do Cooperativismo Brasileiro – Ano 2011”, o número total de cooperativas registradas equivale a 6.586, o que representa uma redução de 1% quando comparado ao ano de 2010. Entretanto, ainda que haja o referido decréscimo quanto ao número de cooperativas, houve um aumento exponencial de 11% quanto ao número de cooperado, soando mais de 10 milhões em todo o Brasil. Além disso, de acordo com o relatório em questão, o número de colaboradores também aumentou (SESCOOP, 2012).

Os dados apresentados são positivos. Os dados da OCB afirmam ainda uma maior igualdade de gênero quanto ao número de colaboradores, exceto pela região Centro-Oeste em que a maioria são homens representando o equivalente a 62% face aos 38% de mulheres.

Analisando tais dados, pode-se ter uma falsa impressão de que o segmento de cooperativas apresentou uma retração. Entretanto, em uma análise mais detalhada, é possível observar uma maior qualidade e eficiência atribuídos ao segmento, o que representa uma maior competitividade em relação às outras empresas.

Ainda de acordo com o relatório, o número de cooperados no Brasil no ano de 2011 foi de 10.008.835 sendo que destes, 969.541 são cooperados no ramo agropecuário.

6.3 COOPERATIVISMO EM RIO VERDE – GOIÁS

Um dos principais fatores que alavancam a economia do município de Rio Verde é uma importante cooperativa agrícola, a Comigo. Após a sua implementação muitas outras se instalaram percebendo as oportunidades oferecidas pelo município.

6.3.1 Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano– COMIGO

A Comigo foi fundada em 1975 no município de Rio Verde – GO com o intuito de atuar no agronegócio auxiliando seus cooperados fornecendo produtos e serviços a estes. Atualmente conta com cerca de 4.000 produtores cooperados e 1.500 funcionários, sendo liderada por seu presidente Antônio Chavaglia. A cooperativa conta com dez unidades de armazenamento com capacidade de 855.400 toneladas as quais estão localizadas estrategicamente nos municípios próximos.

De acordo com o site oficial da cooperativa, no ano de 1974, havia um costume na região dos produtores se reunirem no Posto Horizonte na BR-060, local em que abasteciam seus veículos e discutiam os problemas inerentes ao agronegócio. A Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano Ltda. (COMIGO), como foi denominada à época, começou ali com o intuito de auxiliar os produtores quanto a aquisição de sacaria, óleo lubrificante e secagem de arroz. Isso porque na época, o arroz era cultivado em larga escala na região, entretanto, não haviam secadores suficientes e, por isso, o arroz era secado nas ruas. Tal fato fazia com que o milho fosse colhido apenas em julho ou agosto o que comprometia a qualidade deste. Além disso, a dificuldade quanto a comercialização dos grãos era

evidente, já que os compradores de Uberlândia (MG) ditavam os preços do mercado.

O cenário retro descrito motivou a criação da cooperativa criando ferramentas aos produtores afim de defender os preços de suas mercadorias. Para tanto, a cooperativa devia auxiliar nos seguintes quesitos: fornecer insumos de qualidade a preços justos, prestar serviços de comercialização, armazenagem e assistência técnica. A ideia de criação da cooperativa foi criando adeptos sendo liderados à época por Paulo Roberto Cunha, Antônio Chavaglia, John Lee Ferguson e Hadovaldo Vilela Horbilon.

De início, a cooperativa contava com 67 produtores os quais contribuíram com a quota-parte equivalente a R\$ 4.000,00 (quatro mil reais). Acontece que apenas 31 destes integralizaram o capital que lhes fora imputado no ano da fundação, 1975. Por esta razão, após 19 novos cooperados, havendo 50 sócios fundadores, a cooperativa iniciou suas atividades em fevereiro de 1976.

A loja agropecuária (Figura 1) foi a primeira da cooperativa, inaugurada em 1984. A mesma fornece insumos agrícolas, peças, produtos veterinários, máquinas e implementos além de fornecer assistência econômica e veterinária aos seus cooperados.



FIGURA 1 - Sede da Comigo em Rio Verde – Go.

O site oficial da cooperativa afirma como missão, valores e visão da Comigo, o seguinte:

⇒ Missão: “Apoiar o desenvolvimento econômico, social e tecnológico de seus cooperados.” (COMIGO, 2016)

⇒ Valores: “Ética; honestidade; confiança e respeito mútuo; gestão participativa e relacionamento; valorização e desenvolvimento de colaboradores; profissionalismo; ousadia e pioneirismo; perseverança; integridade; respeito ao meio ambiente; transparência e comprometimento.” (COMIGO, 2016)

⇒ Visão: “Ser reconhecida por seus cooperados, clientes e colaboradores, como a mais importante Cooperativa Agroindustrial do Centro-Oeste brasileiro e estar inserida sempre entre as 10 maiores do cooperativismo brasileiro, no segmento agroindustrial.” (COMIGO, 2016)

Importante ressaltar que além de auxiliar os produtores, já que oferece aos mesmos facilidades desde o preço pago pelos insumo até a armazenagem e comercialização. A Comigo promove ativamente a produção de conhecimento no campo. Um exemplo desta iniciativa é a realização de uma das maiores feiras do agronegócio, a Tecnoshow.

Atualmente, o ingresso de novos cooperados se dá através da aprovação do conselho pertinente, desde que já entregue a documentação necessária. Além disso, para se cooperar é necessário a integralização de uma quota equivalente a uma saca de soja por alqueire da propriedade a ser explorada, sendo no mínimo 10 e máximo de 100.

6.3.2 SICREDI – Cooperativa de Crédito

De acordo com o site oficial (SICREDI, 2016), aos 28 dias do mês de dezembro do ano de 1902 foi fundada a primeira cooperativa de crédito no Brasil por Theodor Amstad, localizada no município de Nova Petrópolis, Rio Grande do Sul, atualmente conhecida como Sicredi Pioneira RS.

Na década de 90 houve uma unificação das cooperativas Cocecrer-RS e filiações, adotando todas a marca Sicredi, unificando a representação do Sistema de Crédito Cooperativo (Figura 2). A constituição do Banco Cooperativo Sicredi S.A. se deu em 1995, atuando inicialmente no Paraná e Rio Grande do Sul. Com o passar

dos anos o Banco Sicredi firmou diversas parcerias, integrou diversas cooperativas e se expandiu.



FIGURA 2 - Sede Sicredi em Rio Verde – Go.

Atualmente, o Banco Sicredi conta com 118 cooperativas de crédito filiadas e uma rede de atendimento de 1.520 pontos. Além disso, de acordo como site oficial, são mais de 3,4 milhões de associados, 21,4 mil funcionários e o equivalente a 66,1 bilhões de ativos. Para ser um associado deste banco, necessário se faz a capitalização de no mínimo R\$ 100,00 (cem reais) a título de poupança. Além disso, as despesas gastas com a manutenção da conta voltam ao associado em forma de investimento.

6.3.4. SICOOB – Banco Cooperativo do Brasil

Outro banco de importante atuação no município de Rio Verde é o Sicoob. De acordo como o site oficial:

É composto por cooperativas financeiras e empresas de apoio, que em conjunto oferecem aos associados serviços de conta corrente, crédito, investimento, cartões, previdência, consórcio, seguros, cobrança bancária, aquisição de meios eletrônicos de pagamento, dentre outros. Ou seja, tem todos os produtos e serviços bancários, mas não é banco. É uma

cooperativa financeira, onde os clientes são os donos e por isso os resultados financeiros são divididos entre os cooperados (SICOOB, 2016).

O site afirma ainda que o referido banco conta com mais de 3,4 milhões de associados, 16 centrais, 491 singulares, 2.548 pontos de atendimento, 3.068 caixas de atendimento e 880 correspondentes, tudo isso distribuído nas 27 unidades da federação. Sendo que a região Centro-Oeste conta com 15% do crédito disponibilizado pelo Sistema Financeiro Cooperativo. Quanto à participação do referido banco, observa-se a Figura 03.



FIGURA 3 - Participação Sicoob.

A figura retro possibilita a análise da participação do Banco Sicoob (Figura 4) face ao Sistema Financeiro Cooperativo.



FIGURA 4 - Sede Sicoob, Credi-Rural Em Rio Verde – Go.

5.3.5 COOPEN – Cooperativa de Ensino de Rio Verde

A ideia de se criar uma Cooperativa de Ensino em Rio Verde, assim como afirma o site (COOPEN, 2016) surgiu quando de uma discussão na “Escola de Pais”. Os problemas apontados surgiam entorno das frequentes greves das escolas públicas e a qualidade do ensino destas. Outro ponto que era de comum insatisfação entre eles era a falta de abertura por parte das escolas quanto à participação dos pais. Todos esses fatores influíram para a criação da COOPEN (Figura 5) em 5 de março de 1988, com 35 associados.



FIGURA 5 - Entrada Coopen em Rio Verde - Go

Após a fundação da escola, com a finalidade de prepara os estudantes para o curso superior, foi instituído o Colégio “São Tomás” em 1989, dando início ao funcionamento do Colégio pelo Ensino Médio. À época o referido colégio contava, de acordo como site oficial (COOPEN, 2016), com 231 alunos sendo 152 do Ensino Fundamental e 79 do Ensino Médio. A escola se expandiu, mas ainda tem como objetivo fornecer uma boa educação com a participação efetiva dos pais através do conselho junto à diretoria administrativa.

5.3.6 PROLEITE – Cooperativa Mista de Produtores de Leite em Rio Verde e Região

Atua em auxílio do produtor de leite quanto a aspectos referentes à comercialização do leite, representatividade, além de atuar em prol da produção do conhecimento. Fundada no ano de 2011, trata-se de uma cooperativa relativamente nova mas que já apresenta resultados positivos (Figura 6).



FIGURA 6 - Sede da Proleite no Parque de Exposições de Rio Verde – Go.

A comercialização do leite na região do sudoeste goiano sempre foi um problema para os produtores. Isso porque, por serem em sua grande maioria de pequeno porte, não conseguiam influir nos preços pela baixa representatividade mercado. A ideia da cooperativa surgiu como uma ferramenta de mercado, já que reúne uma grande quantidade do produto, possibilitando uma vantagem quando das negociações. Além disso, a cooperativa vem atuando em prol de uma produção mais técnica, principalmente quanto aos teores de gordura do leite e questões de sanidade, o que faz com que o produto tenha um maior valor agregado.

7 CONCLUSÃO

O trabalho em questão afirma as cooperativas do município de Rio Verde—GO como agentes transformadoras da economia local, a qual se desenvolveu devido à atuação destas. Isso quer dizer que a economia da região de alavancou a partir do momento em que os particulares se reuniram objetivando a coletividade.

Face ao que fora exposto durante a pesquisa, é possível afirmar que o desenvolvimento surgiu em razão da tomada de frente do setor privado. Já que algumas questões de ordem pública não se resolviam, os particulares tomaram a iniciativa de criar melhores condições tanto em questões econômicas quanto sociais.

Um exemplo disso é a constituição da COMIGO, vez que por falta de políticas públicas adequadas, foi necessário uma maior representatividade dos produtores rurais quando da comercialização não apenas de seus produtos finais como também quanto aos insumos necessários à produção. No mesmo sentido se deu a criação da COOPEN, por lei educação deveria ser fornecida pelo Estado brasileiro, entretanto, face à má qualidade do que era ofertado à época, os particulares se reuniram com o intuito de ofertar um ensino de qualidade a seus cooperados.

O que se percebe é uma maior participação do setor privado em diversos aspectos relegados ao público. Algumas cooperativas se tornam tão ativas socialmente que fornecem até mesmo educação rural e outros serviços que estariam além de sua finalidade. No caso específico do município de Rio Verde - GO, é oportuno afirmar que a cultura do cooperativismo possibilitou o desenvolvimento econômico da cidade. Os frutos são até hoje percebidos não apenas pelos cooperados como também pela sociedade de forma geral.

Entretanto, algumas falhas também foram identificadas quando da pesquisa. Isso porque, ainda que essa cultura do cooperativismo seja muito positiva é ao mesmo tempo celetista. Os benefícios da mesma, são direcionados a classes específicas, no caso de Rio Verde, aos produtores rurais, o que favorece o aumento da desigualdade social. Há uma nítida divisão social em Rio Verde orientada pelo aspecto econômico. A mesma é constituída entre aqueles ditos como “proprietários” e os “operários”, divisão que sustenta o sistema econômico estabelecido. Nesse sentido, os proprietários são aqueles detentores de terras, agricultores ou pecuaristas, e aqueles integrados pela agroindústria. Enquanto os operários são aqueles que prestam serviços para os proprietários e para a agroindústria. A

distinção entre eles é nítida já que os primeiros, em sua grande maioria, são cooperados da Comigo, possuem conta nos bancos Sicredi ou Sicoob, seus filhos estudam na Coopen e possuem residência no centro e bairros próximos. Enquanto o grupo dos “operários” trabalham ou prestam serviços à Comigo, seus filhos estudam na rede pública e possuem residência nos bairros mais afastados.

O sistema ora imposto é bastante sustentável, já que ambas as classes anteriormente delineadas se complementam. Há, verdadeiramente, um equilíbrio quanto ao funcionamento econômico e social.

Nesse sentido, analisando o movimento cooperativista assim como as cooperativas que se instalaram no município de Rio Verde – GO, conclui-se que ainda que haja uma conexão entre a presença de tais cooperativas e o desenvolvimento econômico da região, não é possível afirmar a influência destas na economia local. Isso ocorre pois, não existem índices que vinculam tais fatores, os quais deveriam ter sido coletados desde à época de instalação das diversas cooperativas ali.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Marco Antônio Pérez. **Cooperativismo: arte e ciência**. São Paulo: Livraria e Editora Universitária de Direito, 2002.

BECHO, Renato Lopes. **Elementos de direito cooperativo**. São Paulo: Dialética, 2002. 287p.

BENECKE, Dieter W. **Cooperação e desenvolvimento: papel das cooperativas no processo de desenvolvimento econômico nos países de Terceiro Mundo**. Porto Alegre: Coojonal, 1980. 240p.

BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo. Agronegócio cooperativo. In: BATALHA, Mário Otávio. **Gestão Agroindustrial: GEPAL: Grupo de estudos e pesquisas agroindustriais**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2014. 770p.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Emendas Constitucionais de Revisão. **Diário Oficial da União**, Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 20 out. 2017.

BRASIL. Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo. **Diário Oficial da União**, 16 de dezembro 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5764.htm>. Acesso em: 23 dez. 2016.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Evolução do cooperativismo no Brasil: DENACOOOP em ação**. Brasília: MAPA, 2006. 124p.

CENZI, Neri Luiz. **Cooperativismo: desde as origens ao Projeto de Lei de Reforma do Sistema Cooperativo Brasileiro**. Curitiba: Juruá, 2012. 172p.

COMIGO. Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano. **Cooperativismo**. Disponível em: <www.comigoserver.com.br/>. Acesso em: 27 dez. 2016.

COOPEN. Cooperativa de Ensino de Rio Verde - GO. **Cooperativa**. Disponível em: <<http://www.coopen.com.br/>> Acesso em: 27 dez. 2016.

CORDEIRO, Maria Sueli. **O papel das cooperativas de trabalho no contexto das transformações da sociedade brasileira: um estudo de caso no município do Rio de Janeiro**. 2001. Disponível em:

<http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad_2001/GPG/2001_GPG961.pdf> Acesso em: 27 dez. 2016.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51.ed. São Paulo: Global, 2006. 727p.

GUIDE, Charles. **O problema cooperativista**. Ceará: Tipografia Minerva, 1936.

HOLYOAKE, G.J. **Os 28 tecelões de Rochdale**: História dos probos pioneiros de Rochdale. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1933. 124p.

MENEZES, Cláudio Armando Couce. Cooperativas. In: VASCONCELOS, Francisco das Chagas (Coord.). **Cooperativas**: coletânea de doutrina, legislação, jurisprudência e prática. São Paulo: Iglu, 2001. 373p.

OCB. Organização das Cooperativas Brasileiras. **Portal do Cooperativismo Financeiro**. Disponível em: <<http://cooperativismodecredito.coop.br/>> Acesso em: 27 dez. 2016.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Manual de gestão das cooperativas**: uma abordagem prática. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2012. 326p.

SESCOOP. Relatório da Gerência de Monitoramento. **Panorama do Cooperativismo Brasileiro – Ano 2011**. mar. 2012. Disponível em: <http://www.brasilcooperativo.coop.br/gerenciador/ba/arquivos/panorama_do_cooperativismo_brasileiro___2011.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2016.

SICCOB. Banco Cooperativo do Brasil. **Cooperativa de crédito**. Disponível em: <<http://www.siccoob.com.br/>>. Acesso em: 27 dez. 2016.

SICREDI. **Cooperativa de crédito**. Disponível em: <<https://www.sicredi.com.br>>. Acesso em: 27 dez. 2016.

SILVA, Claudemir da. **Dissolução e liquidação de sociedades cooperativas**: conhecendo para evitar. Goiânia: Gráfica Bandeirante Ltda., 2001. 360p.